



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC - 2024 A 2026 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA II ETAPA

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA**
2 **II ETAPA.** Ao 26º (vigésimo sexto) dia do mês de Novembro de 2024, às 10h,
3 reuniram-se, de forma presencial e virtual, na sala do Conselho Estadual de
4 Cultura - CONEC, no Centro Cultural Palácio da Justiça, cito a Av. Eduardo
5 Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme mensagem enviada
6 via **WhatsApp** no dia 25 de Novembro de 2024. Declarou aberta a 3ª Reunião
7 da Delegação de Apoio a PEC, conduzida pelo Conselho Estadual de Cultura -
8 CONEC. Em virtude dos poderes investidos pela lei nº 5.417 de 17 de março de
9 2021. Em face da ausência justificada do presidente **CANDIDO JEREMIAS**
10 **CUMARÚ NETO** e do vice-presidente **LUIZ CARLOS DE MATOS BONATES**,
11 assumiu a condução da reunião o assessor jurídico **SÉRGIO RICARDO MOTA**
12 **CRUZ** que deu continuidade à discussão do Eixo 3 da pauta, que trata de
13 **"Patrimônio e Memória"**. Ele iniciou confirmando que o item foi aprovado e
14 começou a detalhar os pontos do subtema **3.1. Criação do Festival "Encontro**
15 **Cultural"**. **Descrição da Proposta:** Criar o Festival "Encontro Cultural", que
16 envolverá gastronomia, danças, músicas, artesanato, vestimentas, grafismos,
17 teatro, poesias, curta, média e longa-metragem, batalhas de Slam e artes
18 visuais. A proposta inclui a obrigatoriedade de o Governo destinar recursos
19 específicos para que os municípios possam manter projetos relacionados a essa
20 temática. **Objetivo Identificado:** Fomentar a realização de um festival estadual
21 de caráter abrangente, reunindo expressões culturais como gastronomia,
22 danças, músicas, artesanato, vestimentas, grafismos, teatro, poesias, curta,
23 média e longa-metragem, batalhas de Slam e artes visuais. O formato será
24 baseado em etapas realizadas nos municípios, promovendo integração e
25 valorização da cultura local. **Ponto Focal:** Realização de um festival estadual,
26 organizado com base nos temas culturais específicos previamente definidos.
27 **Entes Envolvidos:** Secretaria de Cultura (SEC); AmazonasTur; Secretaria de
28 Estado da Fazenda (SEFAZ); **Pontos de Observação:** O nome oficial do
29 festival, "Encontro Cultural", foi aprovado e não poderá ser alterado. O objetivo
30 principal do festival seria promover um evento estadual que reunisse diferentes
31 formas de expressão cultural e artística, organizado em etapas realizadas nos
32 municípios. Esse formato descentralizado visa garantir que cada região possa
33 participar ativamente, contribuindo para a valorização das suas identidades
34 culturais e patrimônios. Em seguida, o dr. Sérgio abriu espaço para observações
35 e contribuições dos conselheiros sobre a proposta e a sua identificação de
36 objetivos. Ele enfatizou que, caso houvesse algo a ajustar, os participantes
37 poderiam se manifestar. A discussão seguiu com a ideia de que o festival
38 estadual teria temas específicos desenvolvidos com a colaboração de
39 instituições como a Amazonastur e outros parceiros. Chamou atenção para a



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

40 relevância de um ponto focal na coordenação do evento, que serviria como base
41 para as ações culturais previstas. Por fim, ele passou a palavra a Marcelo,
42 permitindo que ele contribuísse para o debate ou fizesse observações
43 relacionadas à pauta. Enquanto aguardava, garantiu que todos tivessem a
44 oportunidade de se manifestar antes de avançar para os próximos pontos da
45 reunião. **Marcelo Dias** começou sua intervenção destacando que, apesar de
46 achar o Festival “Encontro Cultural” uma iniciativa interessante, ele sugeriu que
47 a proposta fosse ampliada para se tornar um programa cultural, e não apenas
48 um evento único. Ele explicou que, ao criar um programa, seria possível incluir
49 diferentes ações ao longo do tempo, evitando que o festival fosse apenas uma
50 iniciativa pontual que pudesse ser descontinuada facilmente. Ele mencionou
51 que, ao invés de um festival isolado, seria interessante estabelecer um programa
52 cultural multifacetado, que envolvesse várias linguagens e manifestações
53 artísticas, como gastronomia, danças, música, e outras áreas. Essa abordagem
54 permitiria uma maior flexibilidade e continuidade para o desenvolvimento de
55 atividades culturais no estado. Também trouxe à tona uma informação relevante
56 de uma reunião recente no Ministério, onde foi discutido que, a partir de 2027,
57 as transferências de recursos serão feitas de “fundo a fundo”, ou seja, os
58 municípios precisarão ter fundos próprios para participar desses programas e
59 transferências. Isso, segundo ele, reforçaria a necessidade de um programa
60 cultural bem estruturado, no qual a Secretaria de Cultura, ao apresentar um
61 plano de trabalho, pudesse organizar e executar eventos como o festival e outras
62 ações culturais. Sugeriu a criação de um programa cultural robusto, que
63 abarcasse várias manifestações artísticas e culturais, proporcionando um
64 horizonte mais amplo e sustentável para as iniciativas culturais no estado. **Dr.**
65 **Sérgio Cruz**, ao dar continuidade à discussão sobre a criação do Festival
66 “Encontro Cultural”, trouxe algumas reflexões importantes. Ele ressaltou que,
67 conforme já discutido anteriormente, o nome do festival foi aprovado e não pode
68 ser alterado. Contudo, para garantir a viabilidade e a continuidade do evento,
69 sugeriu uma abordagem diferente. Ele propôs que o festival fosse estruturado
70 em etapas, de modo que o evento não fosse centralizado em uma única cidade
71 ou edição. A ideia seria realizar várias etapas do festival em diferentes regiões
72 do estado, como no Alto Solimões, no Baixo Amazonas e na capital, por
73 exemplo. Essa descentralização permitiria que a cultura de várias regiões fosse
74 representada e fortalecida, além de promover maior participação local. Também
75 sugeriu que, após as etapas regionais, fosse realizado um grande evento de
76 culminância, reunindo os melhores elementos das etapas anteriores. Isso
77 permitiria um festival mais robusto, com a presença de expressões culturais de
78 todo o estado. Ele enfatizou que, embora a proposta fosse de um “festival”, ela
79 poderia ser melhor compreendida e organizada como um evento com etapas
80 regionais, levando a uma celebração maior da diversidade cultural do Amazonas.
81 Além disso, ele mencionou a importância de garantir que a proposta se alinhasse
82 ao Plano Estadual de Cultura, e que o nome “Encontro Cultural” fosse mantido,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

83 já que foi previamente aprovado. Dr. Sérgio também reforçou que, ao seguir essa
84 estrutura de múltiplas etapas, seria possível dar continuidade ao festival ao longo
85 dos anos, permitindo a adaptação de cada edição conforme as necessidades e
86 as características de cada região. Sugeriu que a Amazonastur, junto com a
87 Secretaria de Cultura, assumisse um papel ativo na criação e organização
88 dessas etapas, garantindo que o festival tivesse um formato bem definido e que
89 atendesse às demandas culturais de todas as regiões do estado. **O conselheiro**
90 **André Durand** fez uma contribuição importante à proposta apresentada pelo Dr.
91 Sérgio Cruz. Ele sugeriu que, ao se falar em "festival", isso automaticamente
92 abre a possibilidade para que as diversas expressões culturais envolvidas
93 possam ser tratadas de forma competitiva e não apenas como uma exposição
94 ou apresentação. Destacou que o caráter competitivo poderia trazer um
95 diferencial, incentivando a qualidade e a participação ativa dos artistas e grupos
96 culturais, além de gerar mais engajamento por parte do público. Essa sugestão
97 reforça a ideia de que, ao estruturar o evento como um festival, pode-se criar
98 uma dinâmica que favoreça o aprimoramento artístico, proporcionando uma
99 oportunidade para os participantes se destacarem nas diversas categorias
100 culturais presentes, como dança, música, gastronomia, teatro, entre outras.
101 Propôs a alteração do nome do evento para "criação de um festival itinerante
102 estadual". Essa sugestão visa tornar o festival mais abrangente, permitindo que
103 ele percorra diferentes municípios e não se restrinja a um único local. Segundo
104 André, ao definir o festival como itinerante, o evento ganha a possibilidade de
105 alcançar diversas comunidades e expressões culturais ao longo de seu percurso,
106 promovendo a integração entre os municípios e ampliando as oportunidades de
107 participação e visibilidade para todos os envolvidos. Ele também ressaltou que,
108 com essa abordagem, o festival pode ser implementado e realizado de forma
109 mais inclusiva, levando as manifestações culturais a um público mais amplo e
110 diverso. **Dr. Sérgio Cruz** sugeriu que, em vez de realizar um único evento anual,
111 o "Encontro Cultural" pudesse ser um festival itinerante, com etapas em
112 diferentes regiões do Amazonas. A ideia seria que, ao invés de um grande
113 evento concentrado em um só lugar, o festival se deslocasse anualmente por
114 várias áreas, como a região do Solimões, garantindo que mais municípios
115 fossem atingidos. Sugeriu também, que, com isso, o evento poderia ocorrer em
116 várias etapas ao longo do ano, culminando em um grande evento final na capital
117 em novembro. **O conselheiro André Durand** ressaltou que, ao utilizar o termo
118 "festival", isso pode implicar em um evento de caráter competitivo. **Dr. Sérgio**
119 **Cruz** levantou o ponto de que, ao envolver remessas obrigatórias de recursos
120 para projetos culturais nos municípios, será necessário a coordenação com a
121 Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), que deve garantir a conformidade
122 com as questões fiscais. Além disso, ele observou que, por se tratar de um
123 festival estadual com potencial para impactar o turismo, será importante
124 consultar a AmazonasTur. **O conselheiro André Durand** questionou se a
125 AmazonasTur, a agência de turismo do estado, deveria ser envolvida



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

126 diretamente no contexto cultural do festival "Encontro Cultural" ou se seu papel
127 seria mais relacionado à questão turística, considerando que o festival poderia
128 ocorrer em diversas localidades e ter impacto no setor de turismo. Ele queria
129 esclarecer se a participação de AmazonasTur deveria estar focada
130 exclusivamente na promoção cultural ou se também deveria englobar a
131 dimensão turística, dado que o evento seria realizado em várias regiões do
132 estado, potencialmente atraindo visitantes. **Dr. Sérgio Cruz** defendeu a ideia de
133 que, embora o festival tenha uma proposta cultural, ele também poderia se tornar
134 uma atração turística, envolvendo o turismo de diferentes formas. Ele sugeriu
135 que a Agência de Turismo do Amazonas, AmazonasTur, poderia ser envolvida
136 na divulgação e criação da estrutura do evento, especialmente considerando sua
137 potencial relevância para o turismo em áreas como São Gabriel da Cachoeira,
138 Santa Isabel e Barcelos. Ele mencionou que a integração de Turismo e Cultura
139 seria benéfica, destacando como eventos locais, como a Festa do Guaraná, já
140 envolvem a atuação de AmazonasTur no fomento à economia criativa e ao
141 turismo. **O conselheiro Elson Rocha** fez uma observação importante sobre as
142 propostas para o festival cultural, sugerindo que elas devem ser formuladas de
143 forma "macro", ou seja, abrangendo todas as regiões e festivais do estado, em
144 vez de se focar em eventos específicos ou municípios como o festival do Peixe-
145 Boi, que só envolve Novo Airão. Ele alertou que, ao especificar demais, corre-se
146 o risco de excluir outros festivais locais importantes, como os de Barcelos ou
147 outros festivais regionais. A sua proposta visa garantir que todos os municípios
148 se sintam contemplados ao buscar apoio financeiro ou repasse para seus
149 próprios festivais e iniciativas culturais. Ele enfatizou que, ao tratar a proposta de
150 forma mais geral, será possível incluir todos os eventos culturais do estado, o
151 que garantiria um alcance mais amplo e justo para os diversos festivais regionais.
152 **Dr. Sérgio Cruz** explicou que as "propostas convergentes" são aquelas que
153 foram apresentadas pelos municípios ou grupos durante a conferência estadual,
154 mas que não foram aprovadas. Ele enfatizou que, embora o foco principal tenha
155 sido no "Encontro Cultural", essas propostas podem servir para fornecer ideias
156 e insights sobre o que os municípios desejam e como integrar essas demandas
157 ao projeto principal. Ele sugeriu que, ao invés de aplicar essas propostas
158 convergentes diretamente, poderiam ser usadas como pontos de apoio ou
159 inspiração para o "Encontro Cultural", permitindo que aspectos interessantes de
160 outras propostas, como o festival do Peixe-Boi, por exemplo, fossem integrados
161 ao evento. A ideia era criar um espaço para debate e reflexão sobre como
162 incorporar diferentes aspectos culturais de várias regiões do Amazonas, sem
163 perder o foco na proposta que foi oficialmente aprovada. **O conselheiro Elson**
164 **Rocha** expressou sua preocupação sobre a durabilidade e relevância das
165 decisões tomadas durante a discussão, já que o plano estadual será válido por
166 10 anos. Ele destacou que, embora as propostas possam ser discutidas no
167 momento, elas serão oficializadas no plano e, após um ou dois anos, o que
168 estiver escrito será o que prevalecerá. Isso levanta a questão sobre a



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

169 flexibilidade e adaptabilidade do plano diante de mudanças e novas
170 necessidades ao longo do tempo. **Dr. Sérgio Cruz** fez um esclarecimento,
171 mencionando que, por exemplo, no caso do Festival do Peixe-Boi, alguns
172 municípios estão pedindo aporte financeiro específico. Ele sugeriu que poderia
173 ser criado um formato onde os festivais apresentassem seus projetos para
174 buscar esse apoio, por meio do Conec, e que isso poderia ser um modelo para
175 incentivar eventos culturais. Ele também explicou que, apesar de estar
176 colocando esses pontos para reflexão, a ideia era simplesmente dar visibilidade
177 às demandas e criar uma base para discutir o que os municípios e os festivais
178 realmente precisam. O objetivo seria buscar convergência entre as propostas
179 dos municípios e os interesses da sociedade em geral. Além disso, fez um
180 esclarecimento aos conselheiros, explicando que, mesmo que alguns não
181 possam estar presentes, tudo o que está sendo discutido está sendo
182 documentado e pode ser acessado por todos. Ele reforçou que não há nada
183 sendo feito nas "escuras" e que todos os envolvidos têm acesso às informações
184 e decisões. **Marcelo Dias** iniciou sua fala explicando que a ideia que ele estava
185 propondo precisava ser vista como um todo, levando em consideração a
186 sistemática de transferência de recursos de fundo a fundo, incluindo a
187 participação do governo federal. Ele enfatizou a importância de criar um
188 programa estruturado, onde o festival seria apenas uma parte dentro desse
189 programa maior. A proposta envolvia a adesão de diversos municípios, que
190 teriam que cumprir uma contrapartida de 20% para participar. Ele usou o
191 exemplo do Festival do Peixe-Boi, sugerindo que vários municípios poderiam
192 aderir ao programa, com cada um trazendo suas especificidades como, por
193 exemplo, um município com vocação para peixe ornamental, outro com destaque
194 para a dança ou música. Assim, cada município faria sua contribuição dentro do
195 programa maior, o que resultaria em uma ação mais robusta. **Dr. Sérgio Cruz**
196 esclareceu que a estratégia proposta seria, de fato, incluir o festival dentro de
197 um programa mais amplo. Ele destacou que a criação de um programa seria
198 uma abordagem estratégica, complementando a ideia do festival com outros
199 projetos dentro do mesmo contexto. **Marcelo Dias** concordou e reiterou que a
200 proposta seria estruturar um programa completo, não apenas um festival isolado.
201 Ele mencionou que a ideia seria ler todo o programa, embora não fosse possível
202 modificar o que já estava escrito, mas que seria possível acrescentar novos
203 elementos, como o programa mencionado. **Dr. Sérgio Cruz** confirmou que a
204 intenção era justamente acrescentar o programa à proposta. Em resposta,
205 **Marcelo Dias** reforçou que a abordagem seria inserir um programa robusto, que
206 abrangesse mais do que apenas o festival, com diversos outros projetos que
207 pudessem ser trabalhados dentro desse contexto. Também destacou que, se o
208 projeto fosse apenas focado no festival, o valor destinado ao Amazonas seria
209 limitado, podendo gerar apenas cerca de 5 milhões. No entanto, se fosse
210 estruturado como um programa com diversos projetos dentro dele como
211 programas para comunidades indígenas, negros, LGBT e outros, o valor do



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

212 repasse poderia alcançar 30 milhões, beneficiando mais áreas e municípios. Ele
213 também explicou que, dentro do programa, cada município teria que apresentar
214 suas ações e contrapartidas, o que incentivaria mais municípios a aderirem ao
215 programa. Por outro lado, mencionou que há municípios que preferem não
216 executar repasses, pois isso gera burocracia e dificuldades, mas o repasse seria
217 disponível para quem optasse por participar. Finalizou explicando que o
218 processo de transferência de recursos aconteceria do fundo nacional para o
219 estadual e para os fundos municipais, observando que, em 2027, alguns
220 municípios podem não ter fundos municipais para receber. **Dr. Sérgio Cruz**
221 esclareceu que a estratégia proposta seria, de fato, incluir o festival dentro de
222 um programa mais amplo. Ele destacou que a criação de um programa seria
223 uma abordagem estratégica, complementando a ideia do festival com outros
224 projetos dentro do mesmo contexto. **Marcelo Dias** concordou e reiterou que a
225 proposta seria estruturar um programa completo, não apenas um festival isolado.
226 Ele mencionou que a ideia seria ler todo o programa, embora não fosse possível
227 modificar o que já estava escrito, mas que seria possível acrescentar novos
228 elementos, como o programa mencionado. **Dr. Sérgio** confirmou que a intenção
229 era justamente acrescentar o programa à proposta. Em resposta, Marcelo
230 reforçou que a abordagem seria inserir um programa robusto, que abrangesse
231 mais do que apenas o festival, com diversos outros projetos que pudessem ser
232 trabalhados dentro desse contexto. **O Dr. Sérgio Cruz** explicou que a proposta
233 seria criar algo paralelo ao festival, ou seja, um programa mais abrangente, que
234 incluiria o festival como uma das ações dentro de um conjunto maior de
235 iniciativas culturais. **Marcelo Dias** ressaltou que, para competir por recursos com
236 outros estados, é fundamental ter um programa bem estruturado e com valores
237 claros. Ele enfatizou que, se o programa não for bem definido, o Amazonas corre
238 o risco de perder recursos em comparação com outros estados, o que torna essa
239 questão crucial para garantir o financiamento necessário. Ele pediu para que
240 todos estivessem atentos à importância de apresentar um programa forte, com
241 um número consolidado, para reforçar a posição do estado na disputa por
242 fundos. **Dr. Sergio cruz** questionou se alguém queria comentar sobre o sistema
243 ou o tema do programa, mas aparentemente não houve outros comentários
244 sobre o assunto no momento. **Marcelo Dias** concordou, acrescentando que,
245 para estruturar a proposta, seria necessário considerar todo o arcabouço
246 desenvolvido na conferência, que uniu todos os festivais e eventos propostos.
247 Ele mencionou a importância de ter uma estimativa de custo para o programa,
248 dizendo que o valor poderia ser algo como 35 milhões de reais. Ele destacou
249 que, além de saber o que se quer, também é crucial ter um número específico,
250 um custo total do programa, que incluiria diversos festivais, programas culturais
251 e ações. Ele sugeriu que, ao apresentar a proposta em Brasília, fosse detalhado
252 o conteúdo e o custo do programa, para dar clareza e fundamentar a
253 argumentação. Além disso, ele também mencionou a importância de incluir
254 ações que promovam a inclusão social e incentivem a interação cultural. **O**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

255 **conselheiro Ludimar Kokama** e o dr. Sérgio discutiram o tema central da
256 reunião, que envolvia a criação de um programa de apoio aos municípios. **O**
257 **conselheiro Ludimar Kokama** levantou a necessidade de definir melhor esse
258 programa, sugerindo que fosse uma discussão em cima do tema proposto. **Dr.**
259 **Sérgio Cruz** destacou que a proposta seria de apoio aos municípios, onde os
260 municípios seriam convidados a apresentar suas propostas dentro de um
261 programa estruturado. Também mencionou que esse programa poderia ser
262 trabalhado de forma mais genérica inicialmente, mas durante a execução,
263 poderia ser ajustado para garantir que atingisse os objetivos estabelecidos. O
264 foco seria na apresentação das propostas dos municípios e na forma como esses
265 poderiam ser apoiados através do programa. Então pediu para voltar à fala de
266 Marcelo Dias, para contribuir com mais informações sobre a questão. **O**
267 **conselheiro Bjarne Furtado** contribuiu com uma sugestão durante a discussão,
268 propondo a inclusão de um mecanismo de adesão ao programa por parte dos
269 municípios. Ele sugeriu que isso fosse formalizado através de um "termo de
270 adesão", permitindo que os municípios se integrem ao programa de apoio
271 proposto, conforme suas necessidades e contribuições. **Dr. Sérgio Cruz**, por
272 sua vez, confirmou que a proposta estava clara e aceitável, seguindo a linha de
273 raciocínio da criação do programa com base na adesão dos municípios. **Dr.**
274 **Sérgio Cruz** fez uma observação, reforçando que o processo de adesão ao
275 programa deveria incluir a solicitação da apresentação de projetos para o apoio
276 financeiro, conforme sugerido anteriormente. Ele também fez um esclarecimento
277 sobre a ordem dos procedimentos. **O Conselheiro Vanderley Pinheiro**
278 destacou que o tema é amplo e impacta diretamente os municípios. Ele enfatizou
279 que a ação proposta não deve ser abordada de forma genérica ou
280 individualizada, sugerindo que cada município tenha uma participação ativa no
281 evento, especialmente no festival, para que haja um envolvimento de todos na
282 execução e nos benefícios dessa ação. Propôs que, no contexto do festival, cada
283 município traga uma atração que represente sua identidade cultural. Ele sugeriu
284 que o evento incluía manifestações culturais específicas de cada município, como
285 festivais tradicionais, danças, e celebrações locais, como a festa do pirarucu, a
286 festa da farinha, ou a festa do maxixe, entre outras. O objetivo seria destacar as
287 diversas culturas e tradições do estado de forma representativa, com uma
288 amostra do que cada município tem a oferecer. **O Dr. Sérgio Cruz** fez uma
289 distinção entre o programa e o festival cultural, destacando que são duas
290 abordagens distintas. Ele explicou que a discussão atual estava focada no
291 **festival cultural** especificamente. **O Conselheiro Vanderley** explicou sua
292 proposta para o festival, sugerindo que cada município participe com **uma**
293 **atração**, representando suas **identidades culturais**. Ele destacou que cada
294 cidade tem sua própria festa ou manifestação cultural única, como a **festa do**
295 **pirarucu, danças típicas, festa da farinha, festa do tomate**, entre outras. A
296 ideia seria que cada município trouxesse uma **amostra** das tradições e
297 manifestações culturais que o identificam, criando uma rica diversidade cultural



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

dentro do festival. **Marcelo Dias** explicou que a proposta de Vanderley seria uma ação dentro de um programa. Ele destacou que, ao aderir ao programa, cada município traria suas ações culturais como contrapartida, como, por exemplo, a participação no festival com uma atração representativas de sua identidade cultural. Também mencionou que, dentro dessa estrutura, seria possível ratear a contrapartida dos 20% exigida de cada município para a execução do programa, o que ajudaria a viabilizar a execução das ações culturais. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que a proposta de Vanderley se referia a um festival cultural de âmbito estadual, no qual os municípios participariam de acordo com suas identidades culturais, destacando suas principais manifestações. Ele mencionou que, por exemplo, um município poderia trazer uma apresentação folclórica, como a do peixe-boi, e que cada município indicaria o que considerasse ser o "carro chefe" de sua cultura. Dr. Sérgio também esclareceu que, além da participação no festival, existiria uma relação com o programa, que, pelo que ele entendeu, seria um aspecto complementar ao evento. **Marcelo Dias** levantou uma questão de ordem sobre a proposta em discussão. Ele reconheceu que a ideia apresentada poderia ser muito interessante, comparando-a com o formato do Festival do Amazonas, realizado no Palácio da Amazônia, e sugerindo que poderia ser um modelo para o programa proposto. No entanto, ele destacou que a principal questão a ser abordada seria a captação de recursos, que precisaria ser bem estruturada. Argumentou que o foco deveria ser na forma do programa, não no formato específico. Ele explicou que, independentemente de ser realizado no Palácio da Amazônia ou no interior, a questão essencial seria definir um programa robusto o suficiente para atrair recursos, abrangendo todas as linguagens culturais necessárias e permitindo que os municípios participassem por meio de adesão. Marcelo também reiterou que o objetivo não era discutir o formato do evento neste momento, mas sim a forma como o programa seria estruturado para garantir o sucesso na captação de recursos. Ele concluiu que, se a discussão se restringisse apenas ao festival, a ideia seria muito limitada. **Dr. Sérgio Cruz** iniciou um esclarecimento, afirmando que o que estava sendo discutido não se tratava de uma questão de ordem, mas sim de um esclarecimento sobre o processo em andamento. Ele explicou que as propostas convergentes dos municípios precisavam ser refletidas por todos, e que o ponto 3.1 do documento já havia sido aprovado e deveria ser seguido. Também detalhou a proposta de Marcelo Dias, que sugeria a realização de um festival em Porto Cultural, mas com a adição de um programa cultural estadual de apoio à cultura. Ele destacou que, para o evento, a participação dos municípios deveria ser organizada de forma regionalizada, com a sede do evento mudando anualmente entre diferentes municípios. Ele ressaltou ainda que o debate precisava considerar as questões dos direitos dos artistas envolvidos, enfatizando que o direito ao trabalho e à remuneração deveria ser assegurado no planejamento. Também mencionou que a qualificação dos gestores municipais era fundamental para que entendessem a teoria do Plano Nacional



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

341 de Cultura, ponto que já havia sido discutido e aprovado no item 1.2 do
342 documento. Concluiu dizendo que o trabalho de qualificação de gestores seria
343 realizado, e que estava pronto para dar continuidade ao debate. **O conselheiro**
344 **Ludimar Kokama** levantou uma questão importante sobre o Plano Estadual de
345 Cultura, perguntando se ele se configura como um programa. Ele destacou que
346 dentro desse plano estaria todo o arcabouço necessário para o desenvolvimento
347 cultural no estado. Também enfatizou a necessidade de ser prático nas
348 discussões para avançar, como mencionado pelo conselheiro Vanderley, pois,
349 caso contrário, o processo poderia se arrastar por muito tempo sem alcançar
350 resultados. Ele abordou questões já discutidas anteriormente, afirmando que o
351 objetivo era apenas alinhar os pontos. Também fez referência à captação de
352 recursos, mencionando que seria realizada por meio do sistema fundo a fundo,
353 já algo conhecido e que, segundo ele, estava sendo repetido até ser
354 completamente entendido. Ele alertou sobre a penalização dos municípios que
355 não aderirem ao sistema de Cultura, ressaltando que a equipe estava se
356 concentrando demais em detalhes e não avançando efetivamente. Afirmou que
357 o Plano Estadual de Cultura é algo maior do que um simples programa,
358 sugerindo que a visão sobre o plano precisava ser mais abrangente e
359 estratégica. **Dr. Sérgio Cruz** fez uma intervenção para complementar a
360 discussão. Ele esclareceu que, quando se fala sobre o programa, está se
361 referindo ao programa estadual, no qual os municípios estariam envolvidos. Ele
362 apontou que, atualmente, o Estado oferece muito mais apoio direto aos artistas,
363 mas que a ideia do programa seria criar um suporte técnico para os municípios,
364 permitindo que eles possam desenvolver festivais e ações culturais próprias.
365 Explicou que, dentro desse contexto, os municípios precisariam apresentar
366 projetos específicos, detalhando os valores que já possuem para realizar
367 determinadas ações, e identificando a necessidade de apoio adicional. Ele
368 exemplificou a situação em que um município tem, por exemplo, um orçamento
369 de 1 milhão, mas precisa de 4 milhões para executar um projeto completo,
370 solicitando apoio financeiro para cobrir essa diferença. O objetivo do programa,
371 conforme entendido por ele, é atender a essas necessidades, oferecendo
372 suporte para que os municípios possam viabilizar seus projetos culturais. Pediu
373 que Marcelo confirmasse ou corrigisse sua interpretação caso estivesse
374 equivocado. **O conselheiro Ludimar Kokama** destacou que, ao trabalhar dentro
375 do plano estadual de cultura, qualquer atividade proposta precisará ser
376 formalizada através de um projeto. Ele enfatizou que, para que isso aconteça,
377 será necessário elaborar uma planilha orçamentária, a fim de detalhar os custos
378 e viabilizar a execução das ações. Explicou que, ao apresentar uma proposta,
379 será necessário também apresentar uma planilha orçamentária, que indique o
380 valor real necessário para a execução da atividade. **Dr. Sérgio Cruz** reconheceu
381 que, apesar de compreender o que Ludimar Kokama está explicando sobre o
382 processo de elaboração de projetos, o que ele está buscando enfatizar é que
383 esse processo deve estar claramente descrito dentro do Plano Estadual de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

384 Cultura. Ele defendeu que a inclusão dessa informação no plano será importante
385 para que as pessoas que não têm familiaridade com o processo saibam que é
386 necessário apresentar um projeto e aderir ao programa. **Guto Domingos**, por
387 outro lado, fez um protesto relacionado à falta de compromisso dos conselheiros
388 nas reuniões anteriores e afirmou que, embora estivessem presentes agora, o
389 debate sobre o plano estadual ainda estava em um estágio inicial, com algumas
390 falas demonstrando falta de compreensão da dinâmica do processo de
391 construção da lei. Ele enfatizou a necessidade de continuar o debate de maneira
392 profunda e conforme o tempo necessário. **Dr. Sérgio** também reconheceu que
393 era preciso uma pausa no debate para explicar melhor a dinâmica do processo
394 e a distribuição de informações, como uma planilha compartilhada com os
395 delegados, que poderia esclarecer mais o andamento do processo. **O**
396 **conselheiro Ludimar Kokama** respondeu à observação de Guto Domingos
397 sobre os conselheiros estarem viajando, esclarecendo que as viagens realizadas
398 pelos conselheiros eram a trabalho e não a passeio. Ele destacou que não
399 esteve no Alto Rio Negro para lazer, mas sim para cumprir tarefas relacionadas
400 à política nacional de cultura, frisando que isso precisa ser registrado
401 adequadamente. Ele também se posicionou sobre a primeira etapa do plano,
402 reafirmando que as discussões feitas na etapa anterior foram devidamente
403 trabalhadas e compreendidas por ele. **Dr. Sergio Cruz** compartilhou algumas
404 observações sobre a planilha de planejamento, mencionando que ela está
405 disponível no grupo e detalhou alguns elementos dela, como as colunas de
406 proposta, desafio, oportunidade, objetivos, diretrizes, ações, metas e
407 indicadores. Ele explicou que, dentro desse processo, estão sendo definidas as
408 estratégias para o apoio aos festivais culturais, com um foco em permitir que os
409 municípios possam se inscrever e apresentar projetos para receber apoio
410 financeiro e técnico. Ele também falou sobre a proposta do programa estadual
411 de apoio aos festivais, citando o projeto de um festival itinerante, que foi sugerido
412 por vários conselheiros. A ideia seria realizar um festival cultural em várias
413 cidades, com cada município apresentando sua própria identidade cultural, o que
414 possibilita a participação e a valorização de várias localidades do estado.
415 Mencionou que essa abordagem poderia ser aplicada a festivais como o Peixe-
416 Boi, onde as apresentações de diferentes municípios seriam integradas ao
417 evento maior. Além disso, ele abordou como o processo de adesão funcionaria,
418 com os municípios tendo a chance de apresentar seus próprios projetos
419 culturais, em busca de apoio estadual. **Marcelo Dias** apresentou uma proposta
420 mais detalhada sobre o apoio aos festivais culturais estaduais, enfatizando a
421 importância de definir claramente os programas e as ações relacionadas a esses
422 eventos. Ele sugeriu a criação de um programa específico para que os
423 municípios possam aderir e participar, com a Secretaria de Estado de Cultura
424 (SEC) coordenando o processo junto ao governo federal. O objetivo seria
425 incentivar a participação dos municípios, com apoio financeiro e técnico. Além
426 disso, propôs uma estrutura de festivais, com seleções realizadas em cada



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

427 município para escolher os melhores artistas ou apresentações (como dança,
428 música e festividades). Os vencedores de cada município seriam então
429 convidados a participar de um grande festival estadual, possivelmente no
430 Festival do Povo da Amazônia. No entanto, ele questionou se o evento deveria
431 ser realizado em formato itinerante ou se todos os participantes viriam para a
432 capital, com base em rodadas municipais seguidas por uma rodada estadual.
433 Também destacou que o formato de festival itinerante poderia ser uma solução
434 para abranger todo o estado, considerando que há 62 municípios, e cada cidade
435 teria uma oportunidade de mostrar sua identidade cultural. Ele solicitou que a ata
436 da reunião incluía explicitamente os três principais pontos discutidos: o programa,
437 o projeto e as ações, para garantir que esses elementos fiquem claramente
438 registrados. **A conselheira Jordania Galdino** sugeriu uma alternativa ao
439 modelo de festival proposto por Marcelo. Ela sugeriu que, em vez de ter um
440 evento itinerante, os festivais locais poderiam ser realizados em determinadas
441 regiões (como o Teatro da Amazônia), onde os melhores representantes de cada
442 município seriam selecionados para um grande festival estadual. Ela mencionou
443 que a ideia seria realizar festivais regionais para destacar as melhores
444 apresentações e, em seguida, trazer os vencedores para a capital para participar
445 do festival estadual. Dessa forma, os melhores de cada região seriam
446 reconhecidos e teriam a oportunidade de se apresentar em um evento de maior
447 visibilidade. Galdino também destacou que, embora essa abordagem possa
448 envolver custos logísticos, ela pode ser mais eficiente e prática ao envolver
449 menos deslocamento para os participantes. Ela sugeriu que essa forma de
450 festival poderia ser mais direta, sem complicações de logística, e ainda assim
451 permitir a valorização das identidades culturais locais. **Guto Domingos** trouxe
452 uma contribuição importante ao debate, focando na terminologia usada em
453 propostas relacionadas à dança e arte. Ele fez um ponto sobre a palavra
454 "capacitação", que é frequentemente usada para descrever o processo de
455 aprimoramento de artistas, mas que tem conotações negativas, como sugerir
456 que os artistas são "incapacitados". Em vez disso, ele propôs substituir
457 "capacitação" por "formação contínua", para enfatizar o desenvolvimento
458 contínuo e o aprofundamento das habilidades e conhecimentos em arte e cultura.
459 Além disso, mencionou que é essencial alinhar as propostas com uma base
460 teórica sólida para que as estratégias de desenvolvimento artístico, como os
461 festivais, sejam bem fundamentadas. Ele também trouxe um ponto mais amplo
462 sobre o trabalho do festival e a importância de reconhecer e valorizar os artistas
463 e criadores, sugerindo que é necessário compreender melhor as práticas
464 artísticas para poder implementá-las adequadamente. Ele também questionou o
465 papel do festival, sugerindo que, ao abordar questões de arte e cultura, a prática
466 deve ser alinhada com uma compreensão mais profunda do impacto e da
467 relevância desses eventos para os artistas. **Marcelo Dias** sugeriu avançar para
468 uma votação, enfatizando a necessidade de definir claramente o formato e a
469 forma do projeto em discussão. Ele concordou com a proposta de Guto sobre a



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

470 questão da terminologia e destacou que as discussões podem ficar em detalhes
471 pequenos e recorrentes, como "um pouquinho para lá, um pouquinho para cá".
472 Para evitar esse impasse, ele propôs que fosse feita uma decisão clara,
473 finalizando o texto e a estrutura do projeto. Em resumo, defendeu a urgência de
474 uma resolução prática para que a reunião não ficasse estagnada, focando em
475 questões menores. **Dr. Sérgio Cruz** fez uma importante observação sobre a
476 necessidade de evitar o detalhamento excessivo nas propostas dentro do plano
477 de Cultura. Ele explicou que, quanto mais detalhado for o plano, menos espaço
478 haverá para a flexibilidade e para a introdução de novas ideias. Para ele, o
479 objetivo é manter o planejamento mais aberto, permitindo que se criem novos
480 programas conforme as necessidades que surgirem ao longo do tempo. Ele
481 também destacou que a proposta de criação do festival cultural já foi aprovada
482 pelo conselho e não pode ser alterada nesse sentido. Ele sugeriu que a proposta
483 deveria deixar espaço para programas que podem ser desenvolvidos em
484 diferentes momentos, dando espaço para mudanças e ajustes conforme as
485 especificidades que surgirem ao longo dos próximos 10 anos. **Guto Domingos**
486 trouxe uma reflexão importante sobre a necessidade de respeitar a lei geral que
487 está em vigor, dizendo que não se pode mudar certas diretrizes que já foram
488 aprovadas. No entanto, ele enfatizou a necessidade de criar mecanismos
489 teóricos e estruturais que orientem a implementação das leis culturais,
490 permitindo sua adaptação conforme necessário. Ele também sugeriu que, para
491 o festival cultural, poderia ser interessante adotar um formato mais simples e
492 itinerante, possivelmente criando "micro festivais" em diferentes municípios do
493 Amazonas. A ideia seria realizar esses festivais em várias cidades, incluindo as
494 do interior, ao invés de centralizar todo o evento em Manaus. Isso traria
495 benefícios econômicos às regiões mais distantes, além de dar uma maior
496 dimensão ao evento e envolver mais a comunidade local. Apontou que essa
497 descentralização poderia gerar uma contrapartida positiva tanto para a cultura
498 local quanto para a economia regional. **Marcelo Dias** enfatizou a importância de
499 tomar uma decisão clara sobre dois aspectos fundamentais: o **formato** e a **forma**
500 do evento. Ele apontou que não seria possível entrar em todos os detalhes no
501 momento, mas a questão central seria definir se o evento será **um programa**
502 **amplo** ou **um festival compacto**. Ele sugeriu que a decisão entre essas duas
503 opções deve ser feita de forma direta, sem espaço para ambiguidades, para que
504 se possa seguir adiante com os planejamentos necessários. Ele também
505 mencionou a possibilidade de realizar um grande festival na **capital**, trazendo a
506 população para Manaus, mas destacou que é preciso definir claramente esses
507 dois pontos antes de avançar. A sugestão foi, portanto, focar na votação desses
508 **dois itens** para não deixar dúvidas sobre qual direção tomar. **Dr. Sérgio Cruz**
509 sugeriu que seria possível ter **ambos os formatos**: o **festival itinerante** e o
510 **programa de apoio aos municípios**. Ele acredita que o festival estadual, como
511 um evento grande que traria pessoas do interior, seria uma excelente ideia. Além
512 disso, ele propôs que o evento fosse itinerante, permitindo que ele acontecesse



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

513 em diferentes municípios, conforme sugerido pelo conselheiro Vanderley
514 Pinheiro. O festival itinerante, poderia ser uma **grande ação estadual**, mas
515 também seria importante manter o apoio técnico e financeiro aos municípios,
516 criando uma dinâmica que envolvesse tanto o grande evento quanto o apoio a
517 iniciativas locais. Ele falou sobre a possibilidade de esse apoio ser dado de forma
518 concreta por meio de programas que descessem até os municípios,
519 proporcionando recursos e suporte para que as diversas formas de arte (dança,
520 teatro, poesia, etc.) fossem representadas de forma diversificada. **A conselheira**
521 **Jordânia Galdino** compartilhou uma visão sobre a importância de **valorizar as**
522 **festividades locais**. Ela mencionou a necessidade de **trazer os melhores**
523 **aspectos culturais** das cidades para o centro da discussão e planejar eventos
524 que reflitam as tradições e características dessas localidades. A ideia parece ser
525 de que o processo de seleção e organização de festivais deve **ressaltar o que**
526 **há de melhor nas festividades de cada município**, levando em consideração
527 o caráter **autêntico e próprio** de cada região. Ela também destacou a
528 importância do processo de **elaboração e eliminação de etapas**, possivelmente
529 em referência à estruturação dos eventos ou à curadoria de atividades culturais.
530 **Guto Domingos** destacou a importância de estruturar um programa abrangente
531 que integre festivais e mostras de maneira complementar. Ele defendeu que o
532 festival precisa ter um conceito claro e estar alinhado com as dimensões culturais
533 e legais do estado, respeitando a diversidade artística e regional. Ele propôs que
534 o programa comece com mostras municipais e regionais, evoluindo para um
535 grande festival estadual. Essa abordagem seria estratégica e permitiria mobilizar
536 os municípios e identificar talentos locais, garantindo inclusão e visibilidade aos
537 artistas do interior. As mostras funcionariam como etapas preparatórias, focadas
538 em trabalhos populares e tradicionais, que seriam representados no festival.
539 Além disso, Guto sugeriu que o programa incluísse ações de formação e
540 capacitação artística, fortalecendo a sustentabilidade cultural e garantindo que
541 os artistas fossem qualificados para participar dos eventos. Por fim, ele enfatizou
542 que essa estruturação deve ser estratégica, valorizando a cultura popular e
543 promovendo integração entre as diversas expressões culturais do estado. No
544 debate, destacou-se a necessidade de criar um modelo baseado na estrutura
545 existente e que já demonstrou eficiência, como as divisões territoriais feitas
546 anteriormente, aproveitando as infraestruturas e redes já estabelecidas. A ideia
547 é iniciar com mostras em locais estratégicos, usando os polos culturais como
548 irradiadores para as comunidades próximas. Essa abordagem permitiria mapear
549 expressões artísticas ainda desconhecidas e oferecer oportunidades para
550 artistas que não tiveram destaque antes. Além disso, foi enfatizado que a política
551 cultural deve alcançar as regiões mais remotas do estado, promovendo inclusão
552 e acessibilidade, mesmo nas fronteiras mais distantes. A proposta é integrar
553 essas comunidades ao circuito cultural, valorizando suas tradições e
554 potencialidades, e posteriormente expandir as ações com experimentações
555 inovadoras, envolvendo as comunidades em um formato mais dinâmico e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

556 participativo. **Marcelo Dias** apresentou uma proposta estruturada para a
557 execução de políticas públicas culturais no Amazonas, utilizando o Festival
558 Folclórico de Parintins como exemplo para ilustrar a descentralização e a
559 valorização das culturas locais. Ele defendeu a criação de um **programa**
560 **estadual abrangente**, no qual cada município receberia um orçamento
561 específico para desenvolver seus próprios festivais e eventos culturais,
562 respeitando suas características e raízes. No caso de Parintins, ele sugeriu um
563 modelo em que o município teria autonomia para gerenciar recursos —
564 exemplificando com a destinação de **meio milhão de reais** para o festival local.
565 Com parte do orçamento, o município poderia organizar seu evento e, ao mesmo
566 tempo, participar de ações culturais em escala estadual. Isso incluiria a logística
567 para enviar artistas, culinária e outros elementos culturais para representações
568 maiores. Por exemplo, Parintins poderia investir em sua festividade principal e,
569 com um percentual dos recursos, apoiar artistas locais a participarem de eventos
570 estaduais ou nacionais. A proposta considera um **fluxograma claro** de
571 execução, no qual as ações locais dialogam com as políticas estaduais,
572 garantindo que as manifestações culturais ganhem visibilidade e valorização,
573 sem deslocar ou descaracterizar suas origens. Ele destacou que é essencial ter
574 um planejamento bem definido e alinhado às realidades municipais, permitindo
575 que a política pública cultural seja viável e eficiente. **Guto Domingos** disse que
576 estava tendo dificuldade em acompanhar a discussão, possivelmente devido ao
577 ritmo ou à complexidade dos pontos abordados. Ele reconheceu estar tentando
578 compreender o raciocínio apresentado, mas deixou claro que precisava de um
579 momento para se ajustar, mencionando que "perdeu o contexto da conversa". **O**
580 **conselheiro Bjarne Furtado** contribuiu à discussão destacando um ponto
581 central: a política cultural precisa ser mais abrangente e inclusiva do que apenas
582 fomentar produções estéticas ou expressivas. Ele manifestou apoio à ideia
583 apresentada por Marcelo, reforçando a importância de respeitar as vocações de
584 cada município e permitir que eles escolham as formas de manifestação cultural
585 que melhor os representem, seja culinária, artes visuais, dança, ou outras
586 linguagens. Ele também trouxe uma reflexão interessante sobre a visão ocidental
587 de arte. Segundo Furtado, essa concepção tende a ser reducionista,
588 especialmente ao ignorar perspectivas de outros povos, como as etnias
589 indígenas da Amazônia, que não possuem em suas línguas conceitos
590 equivalentes a "arte" ou "estética". Para essas culturas, tudo o que produzem
591 tem um valor intrínseco que ultrapassa a categorização artística ocidental. Sua
592 contribuição enfatizou a necessidade de valorizar todas as manifestações
593 culturais como formas legítimas de expressão e participação popular, alinhando-
594 se ao princípio da democratização do acesso à cultura. Ele concluiu
595 parabenizando Marcelo pela proposta, considerando-a coerente com essa visão
596 inclusiva. **Guto Domingos** expressa a sua opinião sobre a discussão em torno
597 da política pública cultural e a alocação de recursos, afirmando que a questão
598 vai além de uma simples definição de arte. Ele destaca que a política cultural



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

599 envolve a repartição do erário público, que deve beneficiar todos os cidadãos, e
600 que é essencial que os artistas tenham o direito de participar dessa política.
601 Também menciona a importância de considerar a especificidade de cada
602 manifestação cultural e artística dentro desse processo. Ele reconhece a
603 necessidade de recursos para as diversas formas de arte, como a dança, mas
604 ressalta que a discussão não deve ser limitada a um entendimento estreito do
605 que é arte, especialmente considerando as diferentes manifestações culturais e
606 artísticas que existem em várias comunidades. Defende a ideia de que tanto a
607 arte quanto outras manifestações culturais, como a culinária e outras formas de
608 expressão, devem ser observadas e contempladas na política pública, sem que
609 haja exclusão de um ou outro. Ele também sugere que a abordagem da política
610 pública deve ser mais inclusiva e abrangente, permitindo que os municípios, com
611 suas vocações e particularidades, escolham como participar e apresentar suas
612 manifestações culturais, seja por meio da culinária, da arte ou de outras
613 expressões. A ênfase é na democratização do acesso à cultura, garantindo que
614 todas as formas de arte e cultura recebam o devido apoio e reconhecimento,
615 dentro de uma visão ampla e inclusiva. A fala se encerra com a observação de
616 que a discussão sobre a política pública cultural deve ser focada em soluções
617 que atendam a todos de forma justa e sem deixar de lado as especificidades de
618 cada grupo ou manifestação cultural. **Bjarne Furtado** expressa seu apoio ao
619 processo descrito por Sérgio Cruz, destacando a importância da adesão dos
620 municípios ao programa. Ele concorda que cada município deve ter a liberdade
621 de escolher como deseja se manifestar dentro do festival, seja por meio de
622 manifestações culturais estéticas, como artes visuais e dança, ou por outras
623 formas de expressão, como culinária ou práticas culturais específicas.
624 Argumenta que a política cultural deve ser ampla o suficiente para permitir todas
625 as formas de manifestação cultural, sem restringir a participação apenas aos
626 objetos estéticos tradicionais. Ele defende a democratização do acesso à cultura
627 e acredita que é essencial que os municípios tenham a oportunidade de escolher
628 como irão se expressar dentro do programa, sem que o foco se limite a um tipo
629 específico de arte ou expressão. Ele ressalta que, ao detalhar demais o
630 programa, corre-se o risco de limitar as possibilidades de participação, o que
631 comprometeria a diversidade e a riqueza das manifestações culturais. A
632 flexibilidade e a abrangência do programa são fundamentais para que ele
633 consiga atender a diferentes realidades culturais dos municípios, garantindo que
634 todos possam se expressar de acordo com suas próprias vocações e tradições.
635 Reforça que está em total concordância com a ideia do Marcelo, embora queira
636 enfatizar esses pontos sobre a diversidade de manifestações culturais no
637 contexto do programa. **Dr. Sérgio Cruz**, no seu discurso, sugere que a proposta
638 em discussão já está sendo aprovada pelo grupo. Ele menciona que, se houver
639 alguma discordância, ela será registrada e, em seguida, a proposta será votada.
640 Ele destaca que todos parecem estar de acordo com a proposta de Marcelo, e
641 que, se necessário, qualquer discordância será formalizada e debatida. Em



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

642 seguida, se comunica com os presentes, incluindo Helena, e parece sugerir que,
643 embora a proposta esteja em vias de aprovação, há espaço para mais
644 discussões, caso alguém tenha pontos a acrescentar ou discutir. Ele menciona
645 a existência de duas propostas, e parece sugerir que, se for possível, ele está
646 aberto a ouvir as ideias e opiniões de outros sobre o tema. **O conselheiro**
647 **Vanderley Pinheiro** levanta uma questão importante sobre o financiamento da
648 proposta em discussão. Ele pede um esclarecimento sobre a origem dos
649 recursos que serão usados para implementar o programa, questionando se o
650 financiamento virá do poder público estadual, federal ou do município. Enfatiza
651 a importância de definir claramente a fonte dos recursos para garantir que todos
652 os participantes tenham ciência de como será viabilizado o planejamento e a
653 execução da proposta, que ele considera robusta e de grande importância.
654 **Marcelo Dias** esclarece que os recursos para o programa virão de três fontes:
655 os entes federativos União, Estado e Município. Ele explica que o fundo nacional
656 fará repasses para todos os estados, e o governo estadual tem a obrigação de
657 contribuir com um fundo estadual, embora isso nem sempre tenha sido feito até
658 o momento. Ele também menciona que o município, considerado o elo mais
659 fraco, deve fornecer uma contrapartida de 20%. Caso o município não se
660 comprometa com essa contribuição, ele ficará de fora do programa, pois não
661 poderá integrar a proposta sem esse aporte financeiro. Enfatiza que, caso o
662 município não adira, ele ficará excluído do processo, já que a adesão dos
663 municípios é voluntária, mas a participação depende dessa contrapartida
664 financeira. Ele conclui que esse modelo tem sido adotado em todo o país. **O**
665 **Conselheiro Vanderley Pinheiro** destaca a importância de deixar claro que a
666 responsabilidade financeira para a execução do programa, especialmente em
667 relação ao fundo, deve ser bem definida. Ele questiona se o estado realmente
668 cumprirá com sua parte no financiamento, considerando que a questão foi
669 discutida e aprovada no Conselho. Para ele, o principal ponto a ser enfatizado é
670 o recurso financeiro, sem o qual a política pública não poderá acontecer de forma
671 efetiva. **Marcelo Dias** responde, explicando que o Estado do Amazonas tem que
672 definir o percentual do orçamento destinado à cultura todos os anos, sendo que
673 a legislação prevê um mínimo de 1%, com um teto de 2%. Ele menciona que o
674 Estado não tem cumprido essa obrigação de definir e destinar os valores para a
675 cultura. Além disso, destaca que, assim como os municípios, o estado precisa
676 instituir seus próprios fundos e definir o valor que será destinado à cultura a partir
677 do Tesouro Estadual. Marcelo ainda reforça que, enquanto a União já
678 regulamentou esse processo, muitos estados, incluindo o Amazonas, ainda
679 enfrentam impasses nessa questão. **Dr. Sérgio Cruz** explica que já existe uma
680 determinação legal de alocação de meio por cento (0,5%) do orçamento para a
681 cultura, conforme estabelecido por normas anteriores. Ele menciona que essa
682 fonte de recursos já está definida, mas ainda existem questões pendentes,
683 possivelmente relacionadas a alguns detalhes na legislação ou procedimento,
684 que estão sendo verificados. Ele sugere que essa situação será resolvida



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

685 posteriormente, embora ainda não tenha uma resposta definitiva no momento.
686 Discute a distinção entre dois tipos de fundos para a cultura no Amazonas,
687 abordando a origem do fundo estadual e a relação com o percentual do FTI
688 (Fundo de Tecnologia e Informação). Ele explica que, historicamente, o fundo foi
689 criado com base nesse percentual, mas há uma série de questões que precisam
690 ser resolvidas, como o uso da verba e a implementação do plano estadual de
691 cultura. A verba é prevista, mas precisa ser regulada com base no plano
692 estadual, que ainda não foi definido. Além disso, ele ressalta que a criação de
693 uma regulamentação para o fundo depende dessa definição. Ele também
694 menciona que o fundo de cultura, de uma forma geral, é um grande agregador,
695 mas que sua alocação precisa ser estruturada adequadamente dentro de um
696 plano. **Dr. Sérgio Cruz** está abordando uma série de questões relacionadas à
697 gestão dos recursos destinados à cultura no estado, com foco na distribuição
698 das verbas entre os 62 municípios e o papel dos Conselhos Estaduais e
699 Municipais de Cultura (CONEC). Ele discute como o Conselho Estadual de
700 Cultura organiza a aplicação desses recursos, mencionando um valor
701 aproximado de R\$ 10 milhões para o ano em questão. A questão principal
702 levantada é como essa verba seria distribuída entre os municípios, considerando
703 que alguns optam por não receber esse dinheiro. Menciona que, se um município
704 não quiser aceitar a verba destinada à cultura, as organizações da sociedade
705 civil poderiam ser acionadas para implementar os projetos e políticas culturais,
706 sem a necessidade da participação direta do município. Ele também destaca
707 que, mesmo que os municípios não queiram participar ou aplicar as verbas, é
708 fundamental que eles apresentem projetos culturais viáveis para que possam
709 acessar os recursos. Isso implica que o Conselho Estadual de Cultura tem a
710 responsabilidade de avaliar e aprovar os projetos apresentados. Ele ainda
711 discute a autonomia das esferas estadual e municipal para gerenciar os
712 recursos. Caso um município se recuse a aceitar o financiamento, o governo
713 estadual pode firmar convênios diretamente com organizações da sociedade
714 civil, contornando a prefeitura, com base no plano estadual de cultura. Além
715 disso, ele menciona que a divisão dos recursos deve ser feita de forma
716 estratégica, considerando as necessidades específicas de cada município.
717 Também faz referência à importância dos conselhos municipais de cultura, pois
718 são eles que asseguram a participação social e garantem que os projetos
719 aprovados atendam às necessidades locais. A função dos conselhos, tanto
720 municipais quanto estaduais, é garantir que o financiamento e a execução das
721 políticas culturais sejam feitos de maneira justa e eficiente. A participação ativa
722 da sociedade civil nesses processos é vista como essencial para o sucesso e a
723 implementação das políticas culturais. Fala sobre questões relacionadas ao
724 orçamento do estado e a gestão de recursos para a cultura. Ele menciona que
725 essas questões precisam ser discutidas com o poder público e que, no contexto
726 do planejamento cultural estadual, é importante que projetos sejam aprovados
727 pelos conselheiros antes de serem encaminhados para execução. Ele também



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

728 discute o sistema estadual de cultura, enfatizando que, quando um município
729 como Parintins solicita verbas para eventos culturais (como o Festival de
730 Parintins), os conselheiros precisam avaliar esses pedidos e decidir se vão
731 aprovar o orçamento. Se o projeto não for aprovado, o recurso não será
732 destinado ao evento. Faz uma analogia com a hierarquia e a responsabilidade
733 dentro de uma organização (como a Igreja) para ilustrar que, assim como cada
734 autoridade tem sua esfera de atuação, os conselheiros de cultura têm a
735 responsabilidade de avaliar e decidir sobre os projetos que passam por seu
736 comitê. Ele também menciona que, em algumas situações, ele não pode
737 responder com propriedade sobre certos aspectos, devido ao seu conhecimento
738 limitado sobre questões específicas. **Além disso, faz o fechamento da reunião**
739 **da manhã e a preparação para os tópicos a serem discutidos à tarde.** Faz
740 menções a outros conselheiros e ações da equipe, além de reforçar a
741 importância da colaboração entre os participantes para o avanço das políticas
742 culturais. **Dr. Sérgio Cruz** iniciou a reunião da tarde cumprimentando os
743 presentes e mencionando que já estavam com uma hora de atraso, visto que já
744 eram 14h. Ele destacou que seguiriam agora com a proposta **3.2**, mas, antes
745 disso, fez um resumo da discussão realizada pela manhã referente ao ponto **3.1**.
746 Ele explicou que o ponto **3.1** trata da criação de um festival cultural que
747 envolvesse diferentes expressões artísticas e culturais, como astronomia,
748 danças, músicas, artesanato, grafias de teatro, poesia, produção audiovisual
749 (curta, média e longa-metragem), batalhas de slam e artes visuais. O objetivo
750 principal seria o governo destinar obrigatoriamente recursos para os municípios
751 que tivessem projetos voltados a essa temática. Com base na proposta, foram
752 estabelecidas as seguintes estratégias: **Criação de programas de apoio aos**
753 **municípios:** Essa estratégia seria detalhada posteriormente, mas seria uma das
754 principais formas de viabilizar o projeto. **Realização do festival de forma**
755 **itinerante:** A proposta buscava promover o evento em diferentes locais,
756 possibilitando a participação de municípios diversos. **Incorporação das**
757 **identidades culturais dos municípios no festival:** Cada município teria a
758 oportunidade de apresentar elementos que representassem sua identidade
759 cultural durante o evento, o que fortaleceria a diversidade e valorização cultural.
760 Ele enfatizou a importância de dar continuidade à discussão dos próximos pontos
761 da pauta. **Guto Domingos** pediu a palavra e fez uma observação direcionada
762 ao Dr. Sérgio Cruz. Ele destacou que, ao tratar do termo "identidade", percebeu
763 uma abertura muito ampla no conceito. Apesar de entender que o texto não pode
764 ser alterado, ele trouxe a reflexão sobre a clareza do termo. Comentou que,
765 durante a manhã, André e Marcelo mencionaram que os municípios poderiam
766 escolher aspectos específicos, como a culinária, para representar suas
767 características culturais. Ele ponderou se o uso da palavra "identidade"
768 conseguia realmente transmitir de forma clara o que se pretendia. **Dr. Sérgio**
769 **Cruz** respondeu afirmando que não havia, naquele momento, outra palavra para
770 substituir "identidade" no contexto mencionado. Ele reconheceu a observação e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

771 disse que posteriormente tentaria melhorar a definição do termo para torná-lo
772 mais claro e adequado. **Guto Domingos** acrescentou que, em sua
773 compreensão, o termo "identidade" busca identificar a qualidade cultural
774 específica de um lugar. No entanto, destacou que dentro desse conceito existem
775 outras diversidades, como a identidade culinária, a identidade relacionada à
776 dança, entre outras manifestações culturais. **O Dr. Sérgio Cruz** destacou que as
777 identidades culturais a serem apresentadas no festival serão escolhidas pelos
778 próprios municípios, sempre considerando o caráter cultural do festival. Ele
779 lembrou que, como parte da estratégia, é fundamental a criação de programas
780 de apoio aos municípios, que podem ser implementados por meio de adesão e
781 da apresentação de projetos para apoio financeiro e técnico. Ainda dentro dessa
782 estratégia, sugeriu ações como a revisão e a criação de leis, regulamentos e
783 financiamentos voltados para eventos culturais, além do fortalecimento das
784 ações culturais municipais. Essas medidas visam ampliar e consolidar o apoio
785 às manifestações culturais em todo o estado. Concluiu o resumo das discussões
786 realizadas pela manhã, enfatizando as contribuições e pontos abordados. Em
787 seguida, perguntou aos participantes se alguém gostaria de se manifestar sobre
788 o item 3.1. Não havendo manifestações, ele deu continuidade à reunião,
789 introduzindo o **item 3.2**, que trata da **Criação de Fundo e Centros de Memória,**
790 **Arquivos, Bibliotecas, Patrimônio (material e imaterial) e Acervos Virtuais**
791 **de Anexo de Prédios Públicos e/ou Inutilizados pelo Poder Público**
792 **Municipal e Estadual com Apoio e Acessibilidade dos Arquivos Históricos**
793 **do Poder Público Estadual e Municipal para o Enriquecimento dos Centros**
794 **de Memória. Objetivo Identificado:** Criar locais em espaços públicos e imóveis
795 inutilizados com apoio e acesso a arquivos históricos e de memória. **Ponto**
796 **Focal:** Espaços de repositório da história do estado. **Entes Envolvidos:** SEC e
797 SEFAZ. **Pontos de Observação:** Por envolver impacto financeiro, consultar a
798 SEFAZ. Ações municipais estão fora da alçada do PEC quanto à "criação", visto
799 serem da esfera dos municípios, sendo independente da PEC. O apoio aos
800 municípios – desde que tenham ações com base no ponto focal – poderá ser
801 dado pelo estado por meio do Fundo. Porém, não está evidenciado tal questão
802 na interpretação direta da proposta aprovada. Não se encontra amparada a
803 manutenção dos espaços, a qual poderá eventualmente ser feito por meio da
804 PNAB. **Dr. Sérgio Cruz** esclareceu, para os presentes que ainda não haviam
805 participado das reuniões anteriores, o propósito dos pontos de observação
806 destacados. Ele explicou que esses pontos são levantados com o objetivo de
807 identificar eventuais bloqueios que possam impedir a implementação das
808 propostas ou, como o próprio nome sugere, para serem discutidos de forma mais
809 aprofundada, permitindo a formulação de estratégias para superar os desafios
810 apresentados. **Guto Domingos** afirmou que o texto o leva a compreender que a
811 proposta está mais direcionada ao ambiente patrimonial e memorial, buscando
812 confirmação sobre essa interpretação. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que o eixo 3
813 trata de identidade, patrimônio e memória. Ele ressaltou que a proposta 3.1 está



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

814 mais voltada para a identidade, pois aborda a realização de festivais e encontros
815 folclóricos com o objetivo de aumentar a visibilidade das identidades culturais.
816 **Guto Domingos** comentou que, no contexto dessa discussão, abre-se um
817 precedente para o que vem sendo debatido na área setorial, especificamente em
818 relação aos observatórios da dança. Ele sugeriu que, inicialmente, seria
819 necessário identificar quem são os praticantes de dança no estado, onde estão
820 localizados e quais danças, tanto contemporâneas quanto tradicionais, estão
821 vivas no Amazonas. Além disso, destacou a importância de identificar as danças
822 originárias, ou seja, aquelas das nações do Amazonas, que estão em risco de
823 desaparecer ou que já desapareceram. Ele propôs que esse item fosse
824 incorporado ou de alguma forma considerado no contexto da discussão. **Dr.**
825 **Sérgio Cruz** afirmou que é possível criar alguma ação nesse sentido, mas
826 destacou que o objetivo principal não deve ser desvirtuado. Ele mencionou que,
827 em breve, a discussão sobre esse tema será iniciada. **Guto Domingos** explicou
828 que, na verdade, a proposta sobre a memória não muda muito. Ele esclareceu
829 que o conceito de acervo virtual, mencionado no texto, pode ser aplicado aos
830 mesmos prédios públicos, tanto municipais quanto estaduais. Esses prédios
831 podem ser utilizados pelo poder público com o devido apoio, e devem ser
832 direcionados para a dança, conforme o contexto da discussão. **Dr. Sergio Cruz**
833 explicou que a proposta de criação de fundo, mencionada no item 3.2, envolve
834 um processo complexo, principalmente devido à necessidade de definir como os
835 valores serão alocados e de onde eles serão retirados. Ele sugeriu que esse
836 fundo poderia ser semelhante ao que a PNAB (Política Nacional de Arquivos e
837 Bibliotecas) já faz, ou seja, o fundo seria voltado para a manutenção dos centros
838 de memória, arquivos e bibliotecas, evitando que esses espaços se
839 deteriorassem por falta de recursos. Ele também observou que esses centros
840 poderiam futuramente ser incluídos no projeto da PNAB, caso haja necessidade
841 de contingenciamento orçamentário, e a despesa poderia ser redirecionada para
842 esse fundo. Ele destacou que as propostas convergentes referem-se a iniciativas
843 dos municípios apresentadas na conferência estadual, mas que não foram
844 diretamente incorporadas na proposta final, embora possuam conexão com a
845 proposta aprovada. Em relação à PNAB, Dr. Sergio mencionou um possível corte
846 de 3 bilhões no orçamento da cultura, o que está impactando o atual orçamento,
847 mas afirmou que a totalidade dos 15 bilhões previstos para a área cultural não
848 seria perdida. Continuou com a leitura. **Propostas Convergentes:** Promover
849 ações que visem o reconhecimento e fortalecimento do patrimônio histórico e
850 cultural, material e imaterial dos povos e comunidades tradicionais como forma
851 de preservação dessas culturas. Fortalecer os centros de referências culturais
852 com digitalização de periódicos e documentos dos acervos públicos. Fazer
853 parceria/convênio com os municípios para viabilizar as atividades de
854 preservação do patrimônio cultural, para a contribuição da memória cultural
855 estadual, assim como, a identidade nacional. Buscar parceria junto à Secretaria
856 Estadual de Cultura para equipar às Bibliotecas Municipais e Comunitárias, com



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

857 internet e equipamentos tecnológicos para facilitar a catalogação dos materiais
858 permanentes, e melhoria no atendimento da população e visitantes, criando
859 acervos digitais. (Estimular, informar e facilitar o acesso aos editais e recursos
860 para instalação, inovação e manutenção de bibliotecas públicas e comunitárias
861 prioritariamente em áreas periféricas e interior do Amazonas). Realizar projetos
862 junto à Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com a Secretaria Estadual
863 de Cultura, para buscar recursos para a inovação e modernização das
864 Bibliotecas Municipais e Comunitárias. Criação de Centros de Memória e
865 Arquivos (públicos). Inventariar, estudar e preservar os sítios arqueológicos de
866 interesse de povos indígenas situados dentro e fora de suas terras. Estabelecer
867 redes de memória comunitária que conectem diferentes grupos culturais,
868 promovendo o intercâmbio de experiência e práticas de preservação. Criação de
869 casas/Museus para preservação da memória das culturas amazônicas. **Centros**
870 **Culturais Comunitários** - Estabelecer centros culturais comunitários na cidade
871 e no interior, oferecendo uma variedade de atividades artísticas e culturais
872 acessíveis para todas as faixas etárias. Esses centros podem oferecer
873 workshops, palestras, exposições, apresentações e acesso a recursos artísticos.
874 Além disso, devem ser espaços de inclusão, onde grupos marginalizados, como
875 indígenas, comunidades LGBTQIAPN+, ribeirinhos e idosos, tenham a
876 oportunidade de compartilhar e celebrar suas próprias culturas. **Casa Memorial**
877 **do Povo Negro**. A criação do museu online. Conectar digitalmente os agentes
878 culturais, suas produções e o público em geral do Amazonas: Hospedar no site
879 da Secretaria Estadual de Cultura do Amazonas acervos digitais dos produtos
880 culturais de cada município, informações e conteúdo dos agentes culturais de
881 todo o estado e um canal para que possam se contatar. Investir em inovação
882 tecnológica para preservar o patrimônio utilizando ferramentas como realidade
883 virtual, realidade aumentada e inteligência artificial. Buscar parceria junto à
884 Secretaria Estadual de Cultura para equipar às Bibliotecas Municipais e
885 Comunitárias, com internet e equipamentos tecnológicos para facilitar a
886 catalogação dos materiais permanentes, e melhoria no atendimento da
887 população e visitantes, criando acervos digitais. Estimular, informar e facilitar o
888 acesso aos editais e recursos para instalação, inovação e manutenção de
889 bibliotecas públicas e comunitárias prioritariamente em áreas periféricas e
890 interior do Amazonas. Encaminhar proposta de Lei à Assembleia Legislativa
891 criando programas para restauração/manutenção de prédios tombados para
892 patrimônio histórico nos municípios. **Dr. Sergio Cruz**, então, direciona a palavra
893 para o conselheiro Paulo Holanda. **O conselheiro Paulo Holanda** comentou
894 que a ideia de criar espaços de digitalização para centros de memória já foi
895 levantada anteriormente, destacando sua importância para a preservação da
896 memória e cultura do estado. Ele citou como exemplos a Hemeroteca da
897 Biblioteca Digital Nacional, que abriga diversos acervos, e a Brasileira, um
898 projeto que digitaliza escritos, registros, desenhos, gravuras e pinturas feitos no
899 Brasil por viajantes do século XVIII. Este projeto é apoiado pela FAPERJ e pela



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

900 UFRJ. Ele também mencionou o projeto Amazoniana da Universidade Federal
901 do Pará, que visa digitalizar acervos de artistas da Amazônia. Paulo enfatizou
902 que seria interessante ampliar a proposta do centro de digitalização, não apenas
903 para documentos, mas também para acervos fotográficos, pinturas, esculturas e
904 até vídeo performances. Ele sugeriu a criação de uma plataforma ou site que
905 unisse todos esses acervos digitalizados, permitindo o acesso a uma base de
906 dados abrangente que incluiria desde escritos até as artes visuais, o que
907 contribuiria para a construção efetiva da memória e cultura do estado. **Dr. Sérgio**
908 **Cruz** perguntou se a proposta seria digitalizar documentos, acervos de gravuras,
909 pinturas, fotos e outros materiais relacionados, expandindo assim o alcance da
910 preservação e acesso ao patrimônio cultural do estado. **O conselheiro Paulo**
911 **Holanda** explicou que, na realidade, a proposta envolve a criação de um centro
912 de digitalização, onde os materiais seriam enviados para serem processados.
913 Esse centro necessitaria de uma equipe especializada para trabalhar
914 diretamente na plataforma, alimentando e mantendo os registros culturais do
915 estado. **Dr. Sergio Cruz** questionou se a ação seria a criação de um centro de
916 digitalização. Em resposta, **o conselheiro Paulo Holanda** afirmou que sim, a
917 proposta envolve um centro dedicado à digitalização de acervos, documentos,
918 produções artísticas e audiovisuais, de tudo o que é produzido no estado. Esse
919 centro alimentaria uma plataforma e abriria espaço para pesquisadores também.
920 **Dr. Sergio Cruz** disse que são três ações: a criação do centro de digitalização
921 do estado, a criação de uma plataforma no estilo Brasileira, e apoio e acesso
922 aos pesquisadores. Ele discutiu também uma sugestão do conselheiro,
923 mencionando um ponto das propostas convergentes sobre a preservação de
924 sítios arqueológicos de interesse dos povos indígenas, tanto dentro quanto fora
925 de suas terras. Ele sugeriu que, além do estudo, fosse considerado também um
926 projeto para inventariar esses sítios arqueológicos, algo que, segundo ele, é raro
927 no Brasil, especialmente no Amazonas, onde os trabalhos de inventário
928 arqueológico são poucos. Ele citou um exemplo nacional de tombamento e
929 inventário no alto de São Gabriel da Cachoeira, relacionado a desenhos
930 rupestres, feitos pelo IPHAN. Propôs que isso fosse discutido também dentro
931 das propostas do estado. **Guto Domingos** fez uma contribuição para a reflexão,
932 destacando que a questão envolvendo o centro de digitalização parece misturar
933 áreas de antropologia e artes visuais. Ele mencionou que, ao discutir a arte e
934 seu papel, é importante entender quando ela está a serviço de algo, como no
935 caso da dança sendo usada para a educação, ou quando é o fim em si mesma.
936 Ele sugeriu que, no contexto do centro de digitalização, a arte, especialmente as
937 artes visuais, poderia ser vista como uma ferramenta ou meio para a pesquisa e
938 preservação dos acervos, contribuindo para o processo de digitalização. **O**
939 **conselheiro Vanderley Pinheiro** iniciou sua fala destacando uma reunião com
940 o IPHAN, onde foi informado que apenas 1 itens que é tombado sua proteção no
941 Ministério da Cultura. Ele ressaltou a importância de colaborar com o IPHAN,
942 órgão federal, e a necessidade de construir a ferramenta proposta por Paulo



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

943 Holanda para a preservação dos acervos do estado, garantindo que não se
944 percam. Citou o exemplo do Museu Maguta, em Benjamin Constant, que é
945 considerado o primeiro museu indígena do Brasil. Ele alertou para o risco de o
946 acervo do museu se perder devido à falta de apoio, reforçando a importância de
947 preservar a cultura indígena. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** deu boa tarde
948 novamente e relatou que, em uma reunião com o IPHAN, foi informado de que o
949 órgão tem mapeado apenas um item tombado. Ele ressaltou que o IPHAN tem
950 muito a contribuir com o conselho, por ser um órgão do governo federal. Também
951 destacou a importância de se construir a ferramenta proposta por Paulo Holanda,
952 para que ela realmente saia do papel, pois seria de grande utilidade para o
953 estado e evitaria que diversos acervos se perdessem. Ele citou exemplos, como
954 o caso de um museu Maguta, considerado o primeiro museu indígena do Brasil,
955 é um museu vivo sem o devido apoio, sua cultura pode se apagar. Ele concluiu
956 afirmando que é fundamental contribuir para preservar a cultura indígena,
957 especialmente em Benjamin Constant, onde está localizado o primeiro museu
958 indígena do Brasil. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que, dentro desse contexto, a PNAB
959 pode ser muito útil. Ele sugeriu que os municípios possam apresentar um projeto
960 para serem incluídos na PNAB, com o objetivo de obter verba para a manutenção
961 da estrutura de seus museus ou até mesmo para o aumento dessas estruturas.
962 **O conselheiro Vanderley Pinheiro** mencionou que o museu ainda não fechou
963 de vez, porque recebe um incentivo de entidades internacionais. Ele ressaltou
964 que, se dependesse do governo do estado, do governo federal ou da própria
965 prefeitura, o museu já teria sido fechado e acabado. **O conselheiro Paulo**
966 **Holanda** explicou que, em relação à fala do conselheiro Vanderley, ele acredita
967 que uma boa estratégia seria implementar um programa que realizasse o
968 mapeamento de museus vivos e comunitários. Ele citou como exemplo o museu
969 do Sr. Barrô (Waldo Mafra) em Maués, que guarda o patrimônio de sua família e
970 cuja coleção inclui peças arqueológicas, como cerâmicas. Ele sugeriu que esses
971 locais de salvaguarda, como o museu de Sr. Barrô, devem ser mapeados para
972 que possam receber o apoio necessário, ressaltando a importância de não se
973 concentrar em um único local no estado. A ideia seria dar autonomia aos
974 municípios, criando um programa de fomento que fornecesse recursos para a
975 estruturação física desses espaços. Paulo mencionou que o museu do Sr. Barrô,
976 por exemplo, é vulnerável a problemas como chuvas, o que exige medidas para
977 garantir a preservação do acervo. Ele também destacou que, como o Museu
978 Maguta em Benjamin Constant, esses locais são importantes para a pesquisa e
979 a preservação do patrimônio, e o mapeamento poderia identificar outros espaços
980 semelhantes em todo o estado. **Dr. Sérgio Cruz** lembrou que o Sistema Estadual
981 de Cultura passará por revisão e sugeriu que a inclusão de propostas como essa,
982 sobre museus vivos e comunitários, possa ser discutida nesse processo. Ele
983 destacou que o Sistema Estadual de Cultura segue as diretrizes do Sistema
984 Nacional de Cultura, que já prevê a existência de um sistema de museus. Ele,
985 então, pediu ao conselheiro Paulo Holanda para confirmar se a proposta dele



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

986 seria a de um programa de monitoramento desses museus vivos e comunitários,
987 com foco na estruturação física desses espaços. **O conselheiro Paulo Holanda**
988 confirmou que a ideia se encaixa nesse contexto, mas levantou uma questão
989 importante. Ele perguntou sobre a definição de museus vivos, pois muitos desses
990 espaços não estão formalmente reestruturados, o que complica a
991 implementação de uma estruturação oficial. **O conselheiro André Durand**, ao
992 colaborar com a fala de Paulo, levantou uma questão sobre o objetivo
993 identificado, que envolve os espaços repositórios da história do estado. Ele
994 questionou se já está sendo abordado esse ponto específico, mencionando que,
995 durante uma visita aos municípios com outros membros, como Jordan, ele
996 observou muitos espaços públicos e imóveis desocupados que poderiam ser
997 aproveitados para museus ou outras funções culturais. Durand citou exemplos
998 de prédios em Marã, Tefé e Codajás, onde, por exemplo, casas abandonadas
999 pertencentes à antiga Telamazon poderiam ser usadas para esses fins. Ele
1000 também questionou se, além dos entes envolvidos como a SEC e a SEFAZ, o
1001 Iphan poderia ser incluído no processo de recuperação desses espaços, ou se
1002 seria limitado apenas aos órgãos mencionados, sugerindo que o Iphan também
1003 poderia contribuir no contexto de preservação e aproveitamento desses imóveis
1004 para a cultura e a memória histórica. **Dr. Sérgio Cruz** esclareceu que o Iphan,
1005 sendo um órgão federal, atua dentro do plano nacional de cultura. Ele ressaltou
1006 que o alinhamento com o Iphan seria através desse plano, e, embora o IPHAN
1007 possa ser convidado a dar um posicionamento técnico ou colaborar, ele opera
1008 de forma transversal, transitando entre as esferas federal e estadual. No contexto
1009 atual, a discussão está restrita à estruturação do plano estadual de cultura, que
1010 pode, eventualmente, impactar os municípios, mas não deve ultrapassar as
1011 competências municipais. Mencionou que, apesar de não poder forçar os
1012 municípios a criar centros de memória, caso seja considerado interessante, a
1013 proposta de incluir o IPHAN ou outro tipo de fórum de museus poderia ser
1014 explorada. Ele sugeriu que a participação de Rila Arruda, que é ativa nesse
1015 campo, seria útil, pois ela poderia contribuir com ideias nesse processo. **Guto**
1016 **Domingos** destacou que os fóruns de museus, as conferências ou outros
1017 ambientes similares são espaços importantes para fomentar debates, sendo
1018 essa uma iniciativa induzida pelo estado. Ele fez referência à sua tese de
1019 qualificação, explicando que, ao liderar esse debate, o estado também precisará
1020 buscar metodologias para qualificar os indivíduos envolvidos. A partir disso,
1021 esses indivíduos poderão se tornar multiplicadores nos municípios, levando a
1022 ideia do estado para a sociedade, que é quem realmente demanda essa
1023 transformação. Concluiu que, dessa forma, o processo seria encaminhado de
1024 maneira mais eficaz. **Dr. Sérgio Cruz** questionou como seria o alinhamento do
1025 texto, mencionando que a proposta apresentada pode gerar várias ramificações,
1026 ou "filhotes", para trabalhar o tema de maneira mais detalhada. Ele quis entender
1027 melhor como a sugestão de Guto Domingos poderia se encaixar dentro dessas
1028 ramificações e perguntou o que poderia ser incluído nesses "filhotes" da



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1029 proposta. **Guto Domingos** propôs que, ao invés de o estado criar um fórum, ele
1030 poderia apoiar esses fóruns e, além disso, criar oficinas de qualificação. **Dr.**
1031 **Sérgio Cruz**, então, observou que a qualificação já está prevista no eixo 1 do
1032 plano, mas concordou que as oficinas poderiam ser realizadas, inclusive
1033 sugerindo uma oficina específica para divulgar como criar e estruturar um centro
1034 de digitalização. **Guto Domingos** sugeriu a criação de oficinas para sistematizar
1035 a criação dos centros de digitalização mencionados anteriormente, destacando
1036 a importância de estruturar esse processo de forma organizada. **O conselheiro**
1037 **Paulo Holanda** questionou se, enquanto estado, seria possível solicitar um
1038 levantamento dos prédios ociosos nos municípios, com o objetivo de mapear a
1039 criação de centros de memória, arquivos e bibliotecas, embora não se possa
1040 exigir que os municípios criem esses locais. **Dr. Sérgio Cruz** afirmou que nada
1041 impede de fazer o levantamento dos prédios ociosos, pois esse levantamento
1042 pode ser incluído na pasta de indicadores, ajudando na criação de um banco de
1043 dados sobre os museus e centros de memória. **O conselheiro Paulo Holanda**
1044 concordou e sugeriu formalizar essa proposta, para que o estado possa solicitar
1045 aos municípios o levantamento desses locais, como exemplo, prédios
1046 desocupados que antes pertenciam à antiga TELAMAZOM. Isso ajudaria a
1047 refutar a alegação dos municípios de que não possuem locais disponíveis. **Dr.**
1048 **Sérgio Cruz** explicou que, em relação aos locais mencionados pelo conselheiro
1049 André Durand, é possível descobrir o proprietário de um imóvel através do
1050 cartório imobiliário. O poder público municipal pode solicitar essa informação
1051 diretamente aos cartórios, que fornecem os dados sobre o proprietário atual do
1052 imóvel com base no endereço fornecido. Com essas informações, o município
1053 pode iniciar um processo de negociação com os proprietários, como a Oi, no
1054 caso de imóveis anteriormente pertencentes à TELAMAZOM, para buscar
1055 transformar esses espaços em centros culturais ou de memória. **A conselheira**
1056 **Lucimar Marques** observou a proposta original, que é a criação de fundos. Ela
1057 acredita que, assim como estão sendo criados conselhos estaduais de cultura,
1058 também devem ser criados conselhos municipais. Esses conselhos, segundo
1059 ela, devem ter seus próprios fundos. Ela mencionou que a superintendente do
1060 IPHAN possui um conselho de patrimônio, tanto estadual quanto nacional, e
1061 questionou por que não criar também esses conselhos municipais de patrimônio
1062 e de memória, abrangendo tanto o patrimônio material quanto imaterial. A
1063 conselheira destacou que a criação desses conselhos municipais seria a base
1064 para o início da criação dos fundos, os quais funcionariam de maneira
1065 semelhante ao sistema de cultura. Ela ressaltou que já existem conselhos
1066 nacionais e estaduais, e que um dos representantes dentro deste conselho de
1067 patrimônio imaterial é o senhor André Duran, que poderia fornecer boas ideias
1068 sobre o tema. **Dr. Sérgio Cruz**, em resposta, explicou que os três nomes
1069 indicados precisam ser encaminhados à Assembleia Legislativa, e que os
1070 indicados foram Mestre Camaleão em segundo lugar e Lucimar em terceiro. **A**
1071 **conselheira Lucimar Marques**, surpresa, sugeriu então a criação de um



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1072 conselho de patrimônio material e imaterial nos municípios, com o objetivo de
1073 também criar fundos específicos nesses municípios, de maneira semelhante ao
1074 que está sendo feito no nível estadual e nacional, mas com foco no patrimônio
1075 material e imaterial. **Dr. Sérgio Cruz** respondeu à conselheira Lucimar Marques,
1076 explicando que, embora a proposta de criar conselhos nos municípios seja
1077 válida, há uma questão relacionada à esfera dos municípios, onde o estado não
1078 tem autoridade para obrigá-los a criar um conselho. Ele afirmou que, nesse
1079 sentido, a melhor abordagem seria criar formas de oferecer apoio técnico para a
1080 criação desses centros ou conselhos de patrimônio nos municípios. **Em**
1081 **seguida, a conselheira Lucimar** comentou, brincando, que "para tudo ter fundo,
1082 tem que ter conselho". **Guto Domingos** respondeu à conselheira Lucimar
1083 Marques, explicando que a questão que ela colocou é muito importante, mas
1084 está dentro do contexto dos planos municipais, que devem ser discutidos e
1085 organizados nos municípios do interior. Ele destacou que o plano estadual, que
1086 está sendo discutido naquele momento, já está estruturado, e que as demandas
1087 que ela mencionou precisam ser abordadas no âmbito municipal. Guto enfatizou
1088 que o estado não pode impor obrigações aos municípios, mas pode apenas
1089 induzir. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que a conselheira Lucimar Marques, ao trazer
1090 a questão, estava se referindo à atuação nos municípios, enquanto ele, como
1091 conselheiro estadual, estava falando do âmbito estadual. Ele reforçou que,
1092 apesar de o estado não poder obrigar os municípios a agir, é possível criar
1093 formas de apoio, como oficinas ou outras iniciativas técnicas, para auxiliar os
1094 municípios interessados em desenvolver esse trabalho. **Guto Domingos**
1095 chamou a atenção da necessidade dos conselheiros municipais, do interior,
1096 entenderem que essa luta é lá. **A conselheira Lucimar Marques** disse que a
1097 luta é lá, mas que é necessário incentivar os municípios. Ela mencionou que,
1098 embora a luta seja no âmbito municipal, nada impede que o estado ofereça
1099 incentivo, especialmente em relação à criação de fundos. Ela destacou que o
1100 plano estadual tem vigência de 10 anos, e que, ao longo desse tempo, muitas
1101 coisas podem mudar, embora, no momento, não haja recursos disponíveis. **Dr.**
1102 **Sérgio Cruz** perguntou à conselheira Lucimar Marques o que ela recomendaria
1103 como ação para oferecer aos municípios nesse sentido. **A conselheira Lucimar**
1104 **Marques** respondeu que, como ele mencionou, é necessário incentivar os
1105 municípios, e que tudo começa com o diálogo. Ela sugeriu que o fórum dos
1106 municípios poderia ser uma oportunidade para esse diálogo, pois tudo é um
1107 trabalho conjunto entre sociedade civil e poder público. Mencionou que,
1108 antigamente, não se via conselhos de cultura nos municípios, mas hoje muitos
1109 já os têm. Ela sugeriu que, assim como foi feito com os conselhos de cultura,
1110 pode-se começar a incentivar os municípios a criar conselhos de patrimônio
1111 material e imaterial, oferecendo oficinas e esclarecendo o caminho, além de
1112 informar sobre os benefícios que isso traria para os pontos de memória no
1113 interior. Ela também destacou a importância da assistência técnica para explicar
1114 aos municípios a relevância da criação desses conselhos nas esferas



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1115 municipais. **Guto Domingos** perguntou se, no fórum do secretário de cultura do
1116 município, seria possível criar uma comissão para viabilizar a tese que a
1117 conselheira Lucimar Marques havia proposto. **Dr. Sérgio Cruz** afirmou que nada
1118 impede essa ação. **A conselheira Lucimar Marques** explicou que dentro do
1119 fórum de secretários há um representante do presidente do fórum no conselho
1120 estadual de cultura, o senhor Mike, que pode fornecer mais informações sobre o
1121 assunto. Guto Domingos, por sua vez, sugeriu que, como estratégia, o fórum de
1122 secretários, sendo uma autoridade e um colegiado estadual, poderia criar uma
1123 comissão setorial para tratar da questão, o que faria o processo avançar de
1124 forma mais didática e ágil, chegando mais rapidamente aos municípios. **A**
1125 **conselheira Lucimar Marques** destacou que a iniciativa precisa ser provocada
1126 pela sociedade civil. Em seguida, **Dr. Sérgio Cruz** sugeriu a criação de oficinas
1127 para apoio técnico aos centros de memória, ao que a conselheira Lucimar
1128 respondeu que a proposta seria para a criação do conselho e fundo de
1129 patrimônio histórico, material e imaterial nos municípios do Amazonas. **O**
1130 **conselheiro André Durand** afirmou que, de acordo com a fala do ex-presidente
1131 deste colegiado, deveria ser feito um levantamento dos espaços que se referem
1132 ao patrimônio imaterial e material. Ele mencionou que, em uma reunião do
1133 COPHAM, a dona Simone teria destacado que essa demanda deveria vir da
1134 sociedade civil e dos entes, como os municípios. Ele continuou explicando que,
1135 na proposta 3.2, que sugere a criação de um fundo para centros de memória,
1136 arquivos, bibliotecas, patrimônio material e imaterial, e acervos de prédios
1137 públicos inutilizados pelo poder público, deveria ser incluído também apoio
1138 municipal e estadual para o enriquecimento desses centros de memória.
1139 Destacou que, ao longo das visitas e observações feitas, especialmente em
1140 Parintins, foi possível identificar muitos locais abandonados, ocupados por
1141 depredadores ou pessoas em situação de vulnerabilidade, que poderiam ser
1142 transformados em centros históricos ou de informação. Ele ressaltou ainda que,
1143 conforme mencionado por Guto, é importante dar tempo para que as
1144 informações e a formação necessárias aconteçam. Ele sugeriu que o diálogo
1145 com os entes municipais fosse dinamizado, pois, durante as conferências
1146 municipais, muitos desses prédios foram citados, o que justifica a proposta
1147 apresentada. **Guto Domingos** explicou que a proposta estava um pouco fora de
1148 sua área de atuação, pois abordava mais questões relacionadas a museus,
1149 ciência, antropologia e até tecnologias da arte. No entanto, ele destacou que, ao
1150 observar a questão dos espaços de memória, é fundamental primeiro entender
1151 o que são esses espaços. Ele mencionou que, além de museus, esses locais
1152 podem também ser usados para a manutenção de projetos contínuos, como
1153 grupos de dança e teatro, que frequentemente enfrentam dificuldades para ter
1154 espaços adequados. Esclareceu que os locais identificados poderiam servir
1155 tanto para museus quanto para outros fins, mas que, para isso, precisariam de
1156 regulamentação e leis específicas. Sugeriu que, embora não fosse exatamente
1157 o foco do plano, poderia ser interessante considerar a necessidade de uma lei



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1158 nesse sentido. Destacou que a pauta proposta exigiria regulamentação, algo que
1159 ainda não existe, e questionou se estava correto em sua interpretação. No final,
1160 ele se referiu ao comentário do conselheiro André Durand, sugerindo que a
1161 ocupação desses locais depende de regulamentação e estrutura legal
1162 adequadas. **Dr. Sérgio Cruz** explicou que, no caso de imóveis públicos, é mais
1163 fácil estabelecer cessões entre o estado, município e União. No entanto, quando
1164 se trata de imóveis privados, seria necessário um formato legal para incentivar
1165 os proprietários a cederem esses espaços, como a criação de uma lei que
1166 ofereça benefícios, como isenção de IPTU nos municípios ou isenção de ICMS
1167 no estado para empresas. Ele mencionou que já existem projetos em trâmite na
1168 Assembleia que visam tratar desse tipo de incentivo, além de considerar
1169 isenções de taxas para pessoas físicas, especialmente aquelas que sejam
1170 autônomas ou tenham membros da família nessa situação. **Guto Domingos**
1171 explicou que identificar um patrimônio não é suficiente, é necessário
1172 compreender os problemas que estão por trás desse patrimônio. Ele destacou
1173 que, embora muitos desses prédios possam ser públicos, na maioria das vezes
1174 são propriedades privadas, o que requer uma transição para o estado. E essa
1175 transição para o estado não é um processo simples, como mencionou. **Dr.**
1176 **Sérgio Cruz** explicou que, embora seja possível o imóvel ser cedido, é mais fácil
1177 entre esferas públicas (como o exemplo do Palácio Rio Branco, que era do
1178 estado, mas cedido pela prefeitura). Para que um imóvel privado seja cedido ao
1179 poder público, é necessário oferecer algum incentivo ao proprietário. Ele também
1180 mencionou que há questões como o inventário, já que alguns imóveis
1181 abandonados estão em processo de inventário para determinar o proprietário.
1182 Como sugerido por Paulo Holanda, seria interessante criar indicadores de
1183 museus e imóveis públicos abandonados, incluindo imóveis em inventário. Caso
1184 o imóvel ainda esteja em processo de inventário, seria possível pedir autorização
1185 aos herdeiros para ocupar o espaço, com a condição de que o estado assumisse
1186 a posse do imóvel por um determinado período (exemplo: 10 anos) para
1187 recuperar o investimento feito na reforma. Essas sugestões poderiam ser
1188 incorporadas no plano estadual de cultura. Reforçou que a proposta não está
1189 sendo descartada, mas está sendo orientada dentro do contexto atual. **Guto**
1190 **Domingos** afirmou que a melhor forma de viabilizar a proposta não é apenas
1191 identificar os problemas, mas sim utilizar as informações fornecidas, tanto as
1192 estruturais quanto as contextuais, para construir um texto que reflita essas
1193 questões de forma eficiente. Ele sugeriu que aqueles que estão à frente da
1194 proposta, considerando o contexto apresentado, podem construir o texto com
1195 base nas informações discutidas durante a reunião. **O conselheiro André**
1196 **Durand** destacou que, no estado, alguns patrimônios estão alocados dentro da
1197 SEAD, como um prédio na cidade nova, cujo proprietário era desconhecido.
1198 Após provocação, a SEAD afirmou que não era responsável, e o prédio foi
1199 destinado à Secretaria de Assistência, que conseguiu o comodato de utilização
1200 para uma associação comunitária. Ele mencionou que muitos prédios



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1201 abandonados poderiam ser utilizados para espaços de formação ou criação de
1202 museus. No interior, citou o exemplo de residências abandonadas da Telemar,
1203 que poderiam ser revitalizadas. Sugeriu que fosse criada uma carta ou
1204 documento formal para transferir esses bens para a SEAD, que então faria a
1205 transferência para os municípios por meio de um comodato de 10 a 20 anos. Ele
1206 acredita que a revitalização desses espaços poderia ser uma boa alternativa
1207 para aproveitar o patrimônio abandonado. Concluiu sua fala propondo que a
1208 catalogação desses imóveis poderia ajudar a identificar os que poderiam ser
1209 usados para essas finalidades. **Guto Domingos** sugeriu que a mediação para
1210 lidar com os espaços patrimoniais fosse focada nos imóveis pertencentes aos
1211 entes federativos, como o estado e os municípios, que seriam mais fáceis de
1212 alavancar em comparação aos imóveis da iniciativa privada. Ele propôs que
1213 fosse realizado um levantamento desses prédios públicos, já que o trâmite para
1214 lidar com eles seria mais simples. Em relação aos imóveis privados, ele indicou
1215 que enfrentariam mais desafios, mas sugeriu que o foco inicial fosse nas
1216 propriedades públicas para permitir um diálogo mais tranquilo e eficaz com o
1217 estado. **Dr. Sérgio Cruz** levantou um ponto importante sobre a arqueologia e a
1218 criação de museus vivos, mencionando a necessidade de criar uma estrutura
1219 mínima para identificar e configurar esses espaços, como os que são utilizados
1220 pelos mestres de saberes, cujas residências muitas vezes se transformam em
1221 espaços de exibição do seu conhecimento. Ele sugeriu que fosse considerado
1222 um projeto ou plano para apoiar o inventário de bens arqueológicos e de
1223 memória, destacando que o levantamento desses itens, devido ao fator
1224 amazônico, pode ser muito caro. Ele também exemplificou a situação com a casa
1225 do escritor Tiago de Melo em Barreirinha, que exigiria uma equipe especializada
1226 para fazer o inventário do local, mas que o custo elevado para esse tipo de
1227 trabalho no interior é um desafio para o estado. Ele propôs a criação de um fundo
1228 ou um programa, possivelmente com uma lei de apoio, para viabilizar esse tipo
1229 de inventário, sugerindo ainda que esse apoio fosse pensado de forma a
1230 contemplar as dificuldades da região amazônica. **O conselheiro Paulo Holanda**
1231 complementou a proposta de Dr. Sérgio Cruz, enfatizando a necessidade de um
1232 programa estadual para apoiar o levantamento e a preservação do patrimônio,
1233 especialmente nos interiores. Ele compartilhou sua experiência com equipes
1234 interdisciplinares, que envolvem profissionais como educadores patrimoniais,
1235 arqueólogos e pedagogos, que vão às comunidades para realizar esses
1236 levantamentos. Ele sugeriu que o estado desenvolvesse um programa para
1237 enviar essas equipes aos municípios que apresentassem demandas, abordando
1238 tanto bens arqueológicos quanto outros bens de valor patrimonial, como a casa
1239 de Tiago de Melo. A proposta visa garantir uma abordagem mais dinâmica e
1240 abrangente para o processo de preservação, contemplando as diferentes
1241 necessidades de cada local. **Dr. Sérgio Cruz** sugeriu suspender a reunião para
1242 convocar mais pessoas, como o IPHAN, o COPHAM e a equipe da SEC, que
1243 possuem conhecimento técnico nas áreas de arqueologia, patrimônio histórico e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1244 museus. Ele mencionou que o COPHAM está bem representado por Carlos
1245 Flávia, e que seria importante chamar também outras entidades envolvidas,
1246 como o IPHAN e o pessoal da SEC. O objetivo seria aprofundar a discussão com
1247 os especialistas que atuam nessas áreas, para dar um direcionamento maior ao
1248 trabalho em curso. Propôs suspender a reunião e convocar esses profissionais
1249 para um novo encontro, onde as questões poderiam ser discutidas mais a fundo.
1250 Em seguida, ele questionou se todos estavam de acordo com a proposta de
1251 suspensão. Após alguns comentários, foi confirmado que todos estavam
1252 favoráveis a suspender a reunião, concordando que a nova reunião seria
1253 marcada para discutir as questões mais técnicas com esses profissionais
1254 especializados. A decisão foi tomada de forma unânime, sem oposição. Após
1255 isso, ele passou a esclarecer os pontos discutidos até o momento, mencionando
1256 a importância de elaborar uma estratégia para a digitalização de acervos, como
1257 gravuras, pinturas e fotos. Informou também que tem a proposta da criação de
1258 um centro de digitalização no estado, com base em referências como a
1259 Hemeroteca da Biblioteca Nacional e a plataforma Brasileira. Um programa de
1260 monitoramento para museus vivos e comunitários, a fim de melhorar sua
1261 estrutura física. Também foram discutidas a criação de oficinas para sistematizar
1262 a digitalização, a criação de indicadores de museus e de imóveis públicos
1263 abandonados, além da implementação de normas para a utilização de imóveis
1264 particulares abandonados. Outro ponto foi a necessidade de um programa para
1265 fomentar o trabalho de equipes especializadas em patrimônio, incluindo
1266 arqueólogos e outros especialistas, com o objetivo de atender demandas de
1267 municípios e fortalecer a preservação do patrimônio cultural. Por fim, a reunião
1268 foi então suspensa, e foi acordado que a continuidade seria no dia 4 de
1269 dezembro, à tarde, com a presença dos técnicos e especialistas convidados para
1270 essa nova etapa de discussão.

SÉRGIO CRUZ

Mediador – 4ª Reunião da Comissão do PEC - II Etapa

LISTA DE PRESENÇA:

MEMBROS TITULARES/SUPLENTES:

De Forma Presencial

1. Roberto Sá Gomes – Titular Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas;
2. Jordania Damasceno Galdino – Titular Representante da cadeira de Teatro;
3. Pedro Henrique Secatti Cacheado – Titular representante da cadeira de audiovisual;



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

De forma Remota:

1. Bjarne Lima Furtado – Titular representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
2. Dudson Campos Carvalho – Titular representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
3. Elson Silva da Rocha – Titular representante da cadeira de Folclore e Carnaval;
4. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da cadeira de Literatura;
5. Lucimar Bezerra Marques – Titular representante da cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica;
6. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular representante da cadeira Cultura Indígena;
7. Marcos André Durand Pereira – Titular representante da cadeira Dança;
8. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da Cadeira de Artes Visuais E Novas Mídias;
9. Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas;
10. Vanderley Pinheiro – Titular representante da cadeira de Circo;

CONVIDADOS:

De Forma Presencial:

11. Augusto Domingos dos Santos da Silva – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;

De Forma Remota:

12. Lairton Oliveira da Silva – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;
13. Marcelo Campos Lucena Dias – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;
14. Marilane Pacheco Rebello Freitas – Delegada Estadual de Cultura do Amazonas;
15. Carlos Flávio Wallace – Titular representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;

EQUIPE APOIO DO CONEC:

Elaboração da Ata:

16. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

Transcrição:

17. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;
Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC

Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo:

18. Symone Juliana Ribeiro Farias – Técnica Administrativa;
19. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
20. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

Tecnologia da Informação:

21. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.